

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2026 FMS**

**PREGÃO Nº 003/2026 FMS**

O **Fundo Municipal de Saúde de Rio Formoso**, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**. O suporte para apoio tecnológico, estará disponível no site <http://www.licitanet.com.br> O objeto trata da **seleção de proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para implantação de projeto de modernização da área da saúde, contemplando solução de informática para gestão de Unidades Básicas de Saúde (UBS)**. O Pregão será conduzido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, designados pela **Portaria nº 074/2025**, e será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ainda no que compete a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, pelos Decretos Municipais que regulamentam o tema em âmbito local, e demais normas pertinentes.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

---

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, de forma online por meio da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, designado por ato da autoridade competente, denominado Agente de Contratações, na função de Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo <http://www.licitanet.com.br> (Provedor)
- 1.3. **INÍCIO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS:** às 14:00 do dia 24/02/2026
- 1.4. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** às 08:00 do dia 10/03/2026
- 1.5. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA:** às 09:00. do dia 10/03/2026.
- 1.6. **MODO DE DISPUTA:** para fins de realização da fase de lances, será adotado o modo de disputa ABERTO.
- 1.7. **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** Observado o prazo legal, o Licitante poderá formular consultas pelo e-mail [pregaorioformoso2021@gmail.com](mailto:pregaorioformoso2021@gmail.com), ou no endereço descrito no item seguinte, informando o número do Pregão Eletrônico citado no preâmbulo, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão.
- 1.8. **LOCAL DO PREGÃO:** em ambiente virtual com apoio da plataforma <http://www.licitanet.com.br>. Na oportunidade de realização da sessão pública, a equipe reunir-se-á na sala da comissão de licitações, na Praça 7 de Fevereiro, s/nº, Centro, CEP: 55.570-000, Rio Formoso/PE.
- 1.9. Agente de Contratação (Pregoeiro): Alef Gomes Monteiro - Equipe de Apoio: Robério Melo de Oliveira e Tatiana Carla Araújo da Paz, conforme Portaria nº 074/2025.
- 1.10. O Licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa.
- 1.11. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública obedecerão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 1.12. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.
- 1.13. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada da sessão.
- 1.14. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

1.15. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

1.16. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada da sessão pública, através do Sistema <http://www.licitanet.com.br>.

## **2. DO OBJETO**

---

2.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção de proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para implantação de projeto de modernização da área da saúde, contemplando solução de informática para gestão de Unidades Básicas de Saúde (UBS), conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Para a consecução dos objetivos, a totalidade do objeto contempla:

- a) Sistema de Prontuário Eletrônico;
- b) Sistema de Monitoramento e análise do banco de dados do Prontuário Eletrônico;
- c) solução de informatização das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde;
- d) implantação das soluções;
- e) Treinamento dos profissionais envolvidos;
- f) Manutenção e suporte aos sistemas; e,
- g) Sistema de Informação Hospitalar customizado.

2.3. O objeto estará julgado em LOTE único, conforme descritivo constante no Termo de Referência.

2.4. A opção pelo Lote Único justifica-se pela necessidade de garantir a interoperabilidade absoluta entre os sistemas de software, a infraestrutura de nuvem e os ativos de hardware. A fragmentação do objeto entre diferentes fornecedores geraria riscos técnicos de incompatibilidade, dificultando a apuração de responsabilidade em caso de falhas na sincronização de dados com o Ministério da Saúde (RND/SISAB)

2.5. Será adotado o critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**.

## **3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E DAS VEDAÇÕES**

---

### **3.1. DOS PARTICIPANTES**

3.1.1. Poderão participar desta licitação quaisquer licitantes que detenham em seu contrato social atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que atendam a todos os requisitos e exigências deste edital e seus respectivos anexos, bem como que possuam/estejam com credenciamento regular no portal do <http://www.licitanet.com.br>.

3.1.2. Os licitantes organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

3.1.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

3.1.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e nos artigos 3º e 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas mantenedor(es) da(a) plataforma(a), e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **3.2. DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO**

3.1.9. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do certame, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) agente público do órgão ou entidade licitante;
- i) pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.1.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. O impedimento de que trata a alínea “d)” do item anterior, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “b)” e “c)” do item 3.1.9, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.5. O disposto nas alíneas “b)” e “c)” do item 3.1.9, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.6. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.7. A vedação de que trata a alínea “h)” do item 3.1.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3.3. DAS CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO**

3.7.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados a data e horário limite estabelecidos

3.7.2. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.2.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.9.2.2. O Licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital;

3.9.2.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório

3.9.2.4. O Licitante que se manifestar de acordo com o item precedente e vier a ser inabilitado por falta de documentação e/ou por apresentar documentação falsificada, deverá estar ciente de que poderá ser aberto processo administrativo.

3.9.2.5. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



3.9.2.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

3.9.2.7. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

3.9.2.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.9.2.9. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

3.7.3. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.7.4. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.9. Caberá ao Licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico antes, durante e após a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens e informações emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

---

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, de lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observando as disposições deste Edital.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. A falsidade da declaração de que trata o item 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  - 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.114.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

---

- 5.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta na qual deverá constar a descrição do objeto, as quantidades, a marca (quando for o caso) e o valor que deverá ser apresentado em moeda nacional utilizando-se 2 (duas) casas decimais para o valor unitário, desprezando-se as demais, e o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.2. Na proposta deverá ser expressamente declarado que estão inclusos todos os custos com impostos, seguros, transportes, embalagens, contribuições sociais etc., bem como quaisquer outras despesas relacionadas com a execução do contrato, com base nas especificações deste edital e anexos.
- 5.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.3.1. valor unitário ou desconto..... (mensal, unitário etc., conforme o caso) e ..... (anual, total) do(s) item(ns)/lote(s);
  - 5.3.2. Marca (quando exigível);
  - 5.3.3. Fabricante (*quando exigível*);
  - 5.3.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o máximo estabelecido no Termo de Referência.
- 5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

- 5.6. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.10. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.11.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.11.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 5.14. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.
- 5.15. As licitantes que não atenderem rigorosamente esta condição serão DESCLASSIFICADAS.
- 5.16. As empresas que identificarem suas propostas no Sistema Eletrônico, ressalvadas as condições legalmente admitidas, serão sumariamente desclassificadas.

## **6. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO**

---

- 6.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
  - b) responder as questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
  - c) abrir as propostas de preços;
  - d) analisar a aceitabilidade das propostas;

- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e a escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do Licitante classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades, visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

---

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário ou total do item/lote, conforme dispuser o Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **10,00 (dez reais)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

---

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.2 **Erro! Fonte de referência não encontrada.** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.1.5 e 4.5 deste edital.

**8.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.10.2. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.10.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.10.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração.



**8.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

---

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou digitalização em resoluções legíveis.

9.6. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista dos beneficiários da Lei Complementar nº 123/06 somente será exigida para a adjudicação, e não como condição para participação na licitação.

9.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.6.2. A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista.

9.6.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na legislação, sendo facultado ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

9.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.11. No caso de contratações nas quais a avaliação prévia do local de execução, seja imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.11.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por e-mail [pregaorioformoso2021@gmail.com](mailto:pregaorioformoso2021@gmail.com), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.11.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.12. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.12.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.12.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

- 9.12.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 9.12.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.12.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.12.6. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.14. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.15. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 9.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
  - 9.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.5.
- 9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DAS COMPROVAÇÕES PARA HABILITAÇÃO**

- 10.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.3. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.4. O licitante temporariamente arrematante deverá, para fins de habilitação, encaminhar exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos a seguir, encerradas as fases de lances e julgamento da proposta;

#### 10.5. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.5.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.5.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.5.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.5.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.5.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.5.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.5.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 10.6. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.6.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.6.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.6.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



10.6.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.6.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.6.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.6.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### 10.7. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.7.1. Para comprovar sua aptidão econômica para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, o licitante deverá comprovar de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos a seguir, devidamente justificados no presente processo licitatório, restringindo à apresentação da seguinte documentação:

10.7.2. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.7.3. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datada de, no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da licitação. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.7.3.1. Nos casos em que na comarca jurisdicionária da sede da licitante, não tramitam mais processos físicos, deverá ser comprovada a condição de regularidade, acerca da inexistência de feitos sob falência, concernentes ao CNPJ da proponente, nos termos e condições estabelecidos em regulamento do órgão competente

10.7.4. Para as empresas sediadas no Estado de Pernambuco deverá ser apresentada a Certidão Licitação 1º e 2º Grau emitidas na forma da Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006, obtidas no portal do tpe.

10.7.5. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (2023 e 2024);

10.7.5.1. caso de a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos referidos no subitem 10.7.5, limitar-se-ão ao último exercício social;

10.7.5.2. apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último Balanço Patrimonial, devidamente assinado por profissional contábil, atestando a boa situação financeira da empresa:

PG = Liquidez Geral – igual ou superior a 1  
SG = Solvência Geral – igual ou superior a 1  
LC = Liquidez Corrente – igual ou superior 1  
Sendo:  
 $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$   
 $SG = AT / (PC + ELP)$   
 $LC = AC / PC$

Onde:

AC = Ativo Circulante  
RLP = Realizável a Longo Prazo  
PC = Passivo Circulante  
ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

10.7.6. Os índices acima descritos poderão ser demonstrados, em folha própria, fazendo-se constar os dados do balanço que lhes deram origem;

10.7.6.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

10.7.6.2. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.7.7. Do Momento de Exigência:

10.7.7.1. Deverão ser apresentados pelas empresas as demonstrações contábeis do último e penúltimo exercício da seguinte forma:

- a) As que não utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), a partir de 1º de maio do ano corrente, de acordo com os arts. 1.065 e 1078, do Código Civil e arts. 132 e 133, da Lei Federal n.º 6.404/1976;
- b) As que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), até o último dia útil do mês definido em portaria ou instrução normativa da Receita Federal do Brasil, vigente, que trata da matéria.

10.7.8. Composição Mínima das Demonstrações Contábeis:

10.7.8.1. As empresas deverão apresentar o Balanço patrimonial e demonstração do resultado, conforme o estabelecido nos artigos 1.179 e 1.180 do Código Civil (Lei n.º 10.406/02), apresentáveis de acordo com as regulamentações atualizadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que comprovem a aptidão econômica da empresa

10.7.8.2. No caso das ME/EPP e equiparadas que apresentarem as demonstrações contábeis, estas poderão optar pelo Modelo Contábil simplificado para ME/EPP e equiparadas, definido pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 1002, de 18 de novembro de 2021.

10.7.8.3. Os balanços e demonstrações contábeis devem vir acompanhados dos termos de abertura e encerramento, devidamente copiados do livro diário, registrado na Junta Comercial do domicílio do licitante, devidamente autenticado por esta, conforme preceituam o artigo 1.181 do Código Civil e a Instrução Normativa n.º 82/21 do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI.

10.7.8.4. Os balanços e demonstrações contábeis devem ser assinados pelo representante legal da empresa e por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

10.7.8.5. Se houver no exercício exigível movimentação na conta lucros/prejuízos acumulados, que cause impacto no Patrimônio Líquido, poderá ser solicitado em diligência a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), para comprovação dos valores apresentados na referida conta, sendo essa de elaboração obrigatória como prevê o art. 176 da Lei Federal n.º 6.404/1976 e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em seu pronunciamento de n.º 26. Ressaltando, que no caso da empresa elaborar a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), esta substitui a DLPA como preceitua o art. 186 da Lei Federal 6.404/1976.

10.7.8.6. As alterações da Lei 6.404/76, determinadas pela Lei Federal n.º 11.638/07 deverão constar do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, inclusive o parecer de auditoria aprovando as demonstrações contábeis para as sociedades enquadradas como de grande porte.

10.7.8.7. Os prazos de encerramento e fechamento de cada exercício social referente às demonstrações contábeis devem seguir as previsões estabelecidas para cada tipo societário, ou as previsões relativas de acordo com seu regime tributário.

10.7.9. As Sociedades submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme previsto no Decreto n.º 6.022, de 22 de janeiro de 2007, alterado pelo Decreto n.º 7.979/13 e que pela legislação pertinente à Receita Federal do Brasil sejam obrigadas à Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar os seguintes documentos emitidos pelo próprio "sistema de escrituração digital" relativos às demonstrações contábeis já exigíveis nos termos da lei:

- a) Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário;
- b) Balanço Patrimonial;
- c) Demonstração do Resultado do Exercício;
- d) Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital.

10.7.10. Serão considerados autenticados os livros contábeis transmitidos pelas empresas ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, na forma prevista pelo Decreto Federal n.º 8.683/16, cuja autenticação será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo SPED.

10.7.11. As sociedades anônimas que publicarem o balanço patrimonial na forma da Lei Federal n.º 6.404/1976 e alterações, estarão dispensadas para o efeito deste certame, da apresentação dos documentos emitidos pelo sistema de escrituração digital (SPED), desde que sejam apresentadas as Demonstrações Contábeis publicadas com o respectivo parecer de auditoria que as aprova.

10.7.12. As Sociedades Anônimas deverão apresentar demonstrações contábeis:

- a) Publicadas em jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial, na forma da Lei Federal n.º 6.404/1976 e alterações;
- b) As sociedades anônimas de capital aberto, deverão apresentar o parecer de auditoria, referente às suas demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com as alterações da Lei Federal n.º 6.404/1976, determinadas pela Lei Federal 11.638/07.

10.7.13. A exigência constante do subitem anterior aplica-se também às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações.

10.7.14. Considera-se de grande porte, para fins exclusivos deste certame a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver no exercício social anterior Ativo Total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), de acordo com o parágrafo único do art. 3º da Lei Federal n.º 11.638/07.

#### 10.8. JUSTIFICATIVA DE EXIGÊNCIA DE ÍNDICES DE LIQUIDEZ NO EDITAL

- I. Serão exigidos índices de liquidez corrente e geral, não inferiores a 1, (um), ou seja, para cada um real de dívida de curto e de longo prazo, a empresa deverá possuir, no mínimo, um real de recursos disponíveis na somatória da mesma fração de tempo, ou seja, no curto prazo e também no longo prazo.
- II. Será exigido ainda, o índice de Solvência Geral, que expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Exige-se, de igual modo, que para cada 1 (um) real de dívida a empresa disponha de, no mínimo, 1 (um) real correspondente no ativo total, ou seja, a empresa demonstrará pela capacidade de liquidação de suas obrigações, levando-se em conta todo o seu patrimônio (disponibilidades de curto e de longo prazo e patrimônio permanente), o que vale dizer, em caso de encerramento de suas atividades, no momento em que venha a ocorrer, a empresa evidenciará total solvência.
- III. Justificam-se as exigências acima mencionadas, inicialmente, de modo a se avaliar a real situação financeira das empresas licitantes, com o objetivo de verificar a capacidade de satisfação das obrigações assumidas, além da capacidade de cumprimento dos encargos econômicos decorrentes da contratação, considerado o prazo de duração da mesma.

- IV. Com relação aos índices exigidos e respectivos valores, cabe ressaltar tratar-se do mínimo usualmente estabelecido, fixados em patamares que demonstram tanto a liquidez corrente quanto a geral da empresa, além de sua capacidade de solvência, condições essas que asseguram à Administração Municipal a plena execução do objeto contratado.
- V. Nesse sentido, faz-se necessária remissão a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em especial os TCs 011286/026/08 e 023220/026/06; bem como Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 779/2005 – Plenário e nº 354/2016 – TCU – Plenário. Verifica-se, portanto, que a previsão aqui inserida, coaduna-se com o previsto na Lei, com as práticas usuais e com a Jurisprudência emanada dos Tribunais de Contas do Estado e União.

#### 10.9. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.9.1. No mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica em nome da licitante, pessoa jurídica, e fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado por representante legal da emitente, que comprove(m) que a licitante executou, de forma satisfatória, objeto compatível com a presente contratação, envolvendo:

- a) Implantação e manutenção de sistemas de gestão em saúde (e-SUS APS e/ou Gestão Hospitalar);
- b) Fornecimento e manutenção de infraestrutura de hardware (computadores e periféricos);
- c) Serviços de hospedagem em nuvem (Cloud Computing)

10.9.2. No caso de atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito privado, deverá ser juntada comprovação de instrumento contratual e/ou fatura(s) emitida(s) em nome da contratante.

10.9.3. Declaração de que o sistema ofertado atende integralmente aos requisitos de integração do Ministério da Saúde e que permite a extração de dados para faturamento e indicadores do programa APS do Futuro.

10.9.4. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação;

10.9.5. Poderão ser aceitos vários atestados de forma que os somatórios dos mesmos atendam a exigência deste edital e anexos.

10.9.6. Conforme Art. 63, § 2º da Lei 14.133/2021, os licitantes poderão realizar vistoria técnica nas unidades de saúde de Rio Formoso-PE para avaliar as condições de instalação. Caso optem por não realizar, deverão apresentar declaração formal de que possuem pleno conhecimento das condições locais e da natureza do objeto.

#### 10.10. Prova de Conceito (PoC) ou Demonstração Técnica

10.10.1. A Administração reserva-se o direito de exigir do licitante classificado em primeiro lugar a realização de uma Demonstração Técnica ou Prova de Conceito (PoC) dos sistemas (e-SUS e SGH).

- a) Objetivo: Validar se a interface e as funcionalidades de integração com a base do DATASUS atendem aos requisitos mínimos descritos no Termo de Referência.
- b) Convocação: Após a fase de lances e negociação, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para realizar a PoC em até 05 (cinco) dias úteis.
- c) Local: A demonstração poderá ser realizada de forma presencial nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde ou de forma remota (via videoconferência), desde que permita a interação em tempo real e a visualização clara das funcionalidades.
- d) Ambiente: A empresa deverá disponibilizar um ambiente de teste (sandbox) com dados fictícios que simulem a operação real de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e de uma Unidade Hospitalar.



10.10.2. A empresas interessadas em participar da presente licitação, deverão cumprir todas as especificações, conforme disposto no Termo de Referência.

#### **10.11. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

10.11.1. Os licitantes que invocarem a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, na proposta comercial feita no sistema do banco provedor no período de acolhimento de propostas, para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, deverão apresentar, além da documentação prevista nos itens que tratam da habilitação, os seguintes documentos:

10.11.1.1. Declaração de que não está incursa em nenhuma das vedações do § 4º. do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

10.11.1.2. Certidão expedida pelo Órgão competente, a saber: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, do local onde a pessoa jurídica tenha sido registrada, atestando que a empresa se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do artigo 3º. da Lei Complementar 123/2006.

10.11.2. Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Estadual e Municipal, quando exigidas, não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do nosso conhecimento, o(a) Pregoeiro (a) considerará como máximos, os prazos vigentes no Estado do Pernambuco e no Município de Rio Formoso, 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias, respectivamente;

10.11.3. A não apresentação de qualquer documento citado no presente instrumento convocatório constituirá motivo de inabilitação da empresa licitante.

### **11. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO INSTRUMENTO DE CONTRATO**

11.1. Atendida a todas as exigências mencionadas no instrumento convocatório, o objeto será adjudicado ao autor da melhor proposta, desde que devidamente habilitado.

11.2. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para receber a Ordem de Fornecimento (OF) ou assinar o contrato no prazo e condições definidos neste Edital, visando à execução do objeto licitado.

11.3. O Licitante Vencedor terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar o Contrato e/ou aceitar a OF. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante Vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e seja aceito pela Administração, nos termos do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.4. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, para assinatura do contrato e/ou retirar a ordem de fornecimento (OF) não mantiver as mesmas condições de habilitação estará sujeito às penalidades previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021 e alterações. Neste caso, o(a) pregoeiro (a) examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, podendo ser o respectivo licitante convocado para negociar redução do preço ofertado.

11.5. A recusa injustificada do Licitante vencedor em assinar o Contrato e/ou retirar a Ordem de Fornecimento (OF), dentro do prazo estabelecido sujeitará, o Licitante à aplicação das penalidades previstas neste edital.

11.6. O Contrato e/ou a Ordem de Fornecimento (OF) poderão ser rescindidos e/ou canceladas pelo CONTRATANTE:

11.6.1. Unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contidas na Lei Federal nº 14.133/2021;

11.6.2. amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada pelo Município desde que haja conveniência para a Administração;

11.6.3. judicialmente, nos termos da legislação.

## **12. DA ASSINATURA DO CONTRATO**

---

12.1. Homologado o resultado da licitação, será celebrado o Termo de Contrato, que firmará o compromisso entre as partes, com validade de até 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

12.2. Sempre que o proponente vencedor não atender à convocação, nos termos referidos no item anterior, é facultada à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidos, convocar remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições.

12.3. O Contrato firmado com o licitante fornecedor observará a minuta em anexo a este edital.

## **13. PRAZO DE VIGÊNCIA, DATAS E LOCAIS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO E FISCALIZAÇÃO**

---

13.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo órgão demandante, através do seu gestor ou preposto detentor de outorga legal, procedendo-se ao registro de ocorrências e adotando-se as providências necessárias ao seu fiel cumprimento. A eficácia do contrato dar-se-á após a publicação resumida do instrumento no PNCP;

13.2. O local de entrega/execução do objeto será definido pelo órgão contratante, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência, por intermédio do gestor do contrato.

13.2.1. Os produtos/serviços deverão ser entregues/executados, conforme disposto no Termo de Referência, diretamente no(s) endereço(s) indicado(s) pelo órgão contratante, informado no ato de formalização do(s) pedido(s)/requisição/(ões), por intermédio de servidor detentor de outorga legal, que também será responsável pelo recebimento e atesto do documento de cobrança;

13.2.2. A contratada deverá cumprir com as obrigações firmadas no termo de contrato, nos locais informados pela CONTRATANTE, no horário das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, responsabilizando-se por todas as despesas decorrentes, até o efetivo recebimento pela CONTRATANTE.

13.2.3. A execução do contrato dar-se-á conforme disposto no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021, como condição para autorização de quaisquer pagamentos.

## **14. DO PAGAMENTO**

---

14.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega da fatura/nota fiscal, devidamente atestados, através de conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, juntamente com o instrumento de autorização, com visto do funcionário competente, do setor de recebimento definitivo do objeto.

14.2. Na emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), o(s) licitante(s) vencedor(es) deverá(ão) descrever o objeto, obrigatoriamente, em conformidade com a descrição contida em sua proposta, bem como o número do processo e da Ordem de Fornecimento.

14.3. Ocorrendo erro(s) na apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is), a(s) mesma(s) será(ão) devolvida(s) à(s) Contratada(s) para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da(s) nova(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

14.4. Os pagamentos poderão ser suspensos pela Contratante nos seguintes casos:

14.4.1. não cumprimento das obrigações assumidas que possam de alguma forma prejudicar a Contratante;

- 14.4.2. inadimplência de obrigações assumidas pela contratada para com a contratante, por conta do estabelecido neste Edital;
- 14.4.3. erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Fornecimento/Fatura(s).
- 14.5. Os pagamentos serão condicionados à apresentação dos seguintes documentos, junto com a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), em originais ou devidamente autenticados:
- 14.5.1. prova de Regularidade referente aos Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida;
  - 14.5.2. prova de Regularidade referente à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Pública Nacional, devidamente válida;
  - 14.5.3. prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa, devidamente válida;
  - 14.5.4. prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, devidamente válida;
  - 14.5.5. prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município sede da CONTRATANTE, devidamente válida;
  - 14.5.6. prova de Regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, devidamente válida;
  - 14.5.7. prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, devidamente válida;
- 14.6. As Provas de Regularidade referentes aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, poderão ser substituídas pela Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais (Certidão Conjunta), expedida pela Receita Federal, devidamente válida.
- 14.7. Com vistas a agilizar o procedimento, necessário se faz que a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) tragam consignadas o nº do processo que originou a contratação, o nº do contrato e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.
- 14.8. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação do fornecimento.
- 14.9. Os critérios de medição e pagamento, constam no Termo de Referência.
- 14.10. É expressamente vedado ao licitante cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

## **15. DAS SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS E DO REAJUSTE**

- 15.1. Os preços serão irrevogáveis, pelo período de 12 meses, contados a partir da data base do orçamento, admitindo-se, entretanto, o reajustamento nos termos da legislação pertinente.
- 15.2. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação do licitante vencedor com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 124, I, “d”, da Lei 14.133/2021, mediante a apresentação de memória de cálculo e demais documentos comprobatórios do reajuste solicitado.
- 15.3. O reajuste do preço contratado, após o prazo estipulado no item 15.1 ou quando autorizado por lei, terá como índice de reajuste, a variação percentual do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE).
- 15.4. Na hipótese de extinção do IPCA-IBGE, utilizar-se-á outro que vier substituí-lo.
- 15.5. A Contratada obrigará-se a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste Edital, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, nos serviços em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, exceto as supressões resultantes do acordo celebrado entre as partes contratantes, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações.

15.6. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante aditamento contratual, a ser emitido pelo Agente de Contratações do órgão contratante.

## **16. DOS RECURSOS**

---

16.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

16.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

16.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

16.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

16.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

16.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, com acesso no portal <http://www.licitanet.com.br>.

16.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.5.1. Manifestada a intenção de interpor recurso, o licitante terá o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, cujo prazo correrá a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

16.6. Não serão conhecidas as impugnações nem os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo Licitante. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

16.6.1. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo Licitante.

16.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.licitanet.com.br>.

## **17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

---

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:



- 17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 17.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 17.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 17.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 17.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - 17.2.4. deixar de apresentar amostra;
  - 17.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 17.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 17.2.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 17.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - 17.2.9. fraudar a licitação
- 17.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 17.3.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 17.3.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 17.3.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 17.3.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
  - 17.3.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 17.4. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 17.4.1. advertência;
  - 17.4.2. multa;
  - 17.4.3. impedimento de licitar e contratar e,
  - 17.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.5. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 17.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 17.5.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 17.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 17.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 17.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.6. A multa será recolhida em percentual não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

17.6.1. Para as infrações previstas nos itens 17.1.1 e 17.2.6, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

17.6.2. Para as infrações previstas nos itens 17.2.8, 17.2.9, 17.3.4 e 17.3.5, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

17.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

17.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, e 17.2.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.2.8, 17.2.9, 17.3.4 e 17.3.5, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1 e 17.2.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.2.6, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

17.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

18.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, diretamente no portal do <http://www.licitanet.com.br>, ou por e-mail.

18.3.1. O documento enviado deverá conter nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.

18.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

18.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no portal <http://www.licitanet.com.br>, no link correspondente.

## 19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas com a contratação do objeto, será(ão) custeada(s) correrão à Conta das dotações orçamentárias a seguir descrita:

SECRETARIA/ÓRGÃO	ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
02.15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1012202102.084 – Gestão Técnica e Administrativa da Secretaria	33903900 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

## 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.licitanet.com.br>.

20.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.10.1. ANEXO I - Termo de Referência



20.10.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

20.10.3. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Rio Formoso (PE), 19 de fevereiro de 2026.

Lírio Ademour dos O. e P. Júnior  
Secretário Municipal de Saúde





**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. INTRODUÇÃO**

- 1.1. A elaboração do presente Termo de Referência atende ao que dispõe o inciso XXIII, Art. 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.2. Os elementos que compõem o presente Termo de Referência, contemplam os requisitos estabelecidos no Art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 81 de 25 de novembro de 2022.
- 1.3. Visa ainda, garantir aos interessados, a clareza necessária à compreensão do objeto a ser contratado. No mesmo sentido, subsidiar com elementos suficientes à formulação e julgamento objetivo das propostas.

**2. DO OBJETO**

- 2.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção de proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para implantação de projeto de modernização da área da saúde, contemplando solução de informática para gestão de Unidades Básicas de Saúde (UBS).
- 2.2. Para a consecução dos objetivos, a totalidade do objeto contempla:
- a) Sistema de Prontuário Eletrônico;
  - b) Sistema de Monitoramento e análise do banco de dados do Prontuário Eletrônico;
  - c) solução de informatização das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde;
  - d) implantação das soluções;
  - e) Treinamento dos profissionais envolvidos;
  - f) Manutenção e suporte aos sistemas; e,
  - g) Sistema de Informação Hospitalar customizado.
- 2.3. O objeto descrito neste instrumento, é de natureza comum, em conformidade com a conceituação dada no inc. XIII do Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 2.4. Considerando o disposto no Art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo de duração do contrato, observará a disponibilidade dos créditos orçamentários do exercício financeiro, no qual tenha sido firmado.
- 2.5. Os itens que compõem o objeto de que trata este referencial, deverão atender as seguintes especificações:

LOTE ÚNICO	
ITEM	SERVIÇO
ITEM 01	<b>Estabelecimentos de Saúde Conectados</b>
Descrição	Compreende conectividade (link à internet) e rede lógica local (física ou wi-fi), de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
ITEM 02	<b>Armazenamento de dados em servidor em nuvem</b>
Descrição	Compreende serviço de armazenamento de dados do Prontuário Eletrônico do Cidadão Ministério da Saúde (PEC-MS e-SUS APS) em servidor em nuvem, de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
ITEM 03	<b>Estação de Trabalho Conectada</b>
Descrição	Compreende equipamentos de hardware em comodato, incluindo monitor, teclado e mouse, conectados ao servidor e à internet, com licença de uso e/ou acesso aos sistemas de informação das Unidades de Saúde, de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.

<b>ITEM 04</b>	<b>Painel de Chamada</b>
<b>Descrição</b>	Compreende software e hardware (TV e equipamentos para retirada de senhas) para chamada eletrônica do público nas Unidades de Saúde, de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
<b>ITEM 05</b>	<b>Serviço de Impressão Laser Monocromática</b>
<b>Descrição</b>	Compreende impressora laser conectada, ao servidor local, em comodato, com franquia de 500 páginas impressas por mês (exceto fornecimento de papel), manutenção e suporte, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência.
<b>ITEM 06</b>	<b>Suporte ao Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC-MS) e SISTEMA DE GESTÃO HOSPITALAR</b>
<b>Descrição</b>	Compreende suporte técnico às equipes de saúde para uso do Prontuário Eletrônico do Cidadão Ministério da Saúde (PEC-MS e-SUS APS) e SISTEMA DE GESTÃO HOSPITALAR, de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
<b>ITEM 07</b>	<b>Sistema de Monitoramento e análise de banco de dados PEC-MS e Sistema de Gestão Hospitalar</b>
<b>Descrição</b>	Compreende o fornecimento de licença de uso de sistemas para monitoramento, (Business Intelligence) e análise de dados do Prontuário Eletrônico do Cidadão Ministério da Saúde (PEC-MS e-SUS APS), de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
<b>ITEM 08</b>	<b>Implantação de infraestrutura tecnológica nos Estabelecimentos de Saúde</b>
<b>Descrição</b>	Compreende o processo de instalação e configuração da rede local, da conectividade, dos equipamentos e dos sistemas relacionados a essa contratação nas unidades de saúde da APS, de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
<b>ITEM 09</b>	<b>Capacitação dos profissionais</b>
<b>Descrição</b>	Compreende o processo de capacitação dos profissionais dos profissionais de saúde para uso das soluções, de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
<b>ITEM 10</b>	<b>Smartphone com aplicativo para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE)</b>
<b>Descrição</b>	Compreende Smartphone em comodato, com conexão wi-fi, com sistema para registro georreferenciado das ações realizadas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e pelos Agentes de Combate a Endemias (ACE), de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
<b>ITEM 11</b>	<b>Implantação de Solução de Gestão da Central de Regulação Municipal</b>
<b>Descrição</b>	Compreende o processo de implantação da solução de Gestão da Central de Regulação (eSUS Regulação) , além do treinamento dos profissionais envolvidos na operação da solução, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência.
<b>ITEM 12</b>	<b>Sistema automatizado de marcação de consultas</b>
<b>Descrição</b>	Compreende licença de uso do sistema automatizado de agendamento de consultas pela população, via aplicativo de mensagens.
<b>ITEM 13</b>	<b>Sistema automatizado de extração do BPA das produções geradas pelo eSUS Ampliado, nas unidades de Média Complexidade.</b>
<b>Descrição</b>	Compreende Sistema automatizado de extração do BPA-i e BPA-c
<b>ITEM 14</b>	<b>Sistema de integração eSUS PEC / e-SUS REGULACAO</b>
<b>Descrição</b>	Compreende sistema de Automação para inclusão e análise de protocolos de encaminhamentos direto no SISREG / eSUS Regulacao, com classificação automática.
<b>ITEM 15</b>	<b>Sistema de Mineração de Dados Estatísticos e de Análise da Produção MAC</b>
<b>Descrição</b>	Compreende sistema de Mineração de Dados, em padrão SQL, das bases de dados do DataSus e TABWIN, para análise estatística das produções MAC como apoio à tomada de decisões.
<b>ITEM 16</b>	<b>Sistema de Gestão Farmacêutica com dispensação integrado ao eSUS PEC</b>
<b>Descrição</b>	Compreende sistema de Gestão e Estoque farmacêutico, integrado ao eSUS PEC.
<b>ITEM 17</b>	<b>Implantação do Sistema Sistema de Gestão Hospitalar de Gestão Hospitalar integrado ao eSUS PEC, com capacitação aos profissionais</b>
<b>Descrição</b>	Compreende Implantação do sistema Sistema de Gestão Hospitalar de Gestão Hospitalar, integrado ao eSUS PEC.
<b>ITEM 18</b>	<b>Implantação de ambiente tecnológico para uso do Sistema Sistema de Gestão Hospitalar de Gestão Hospitalar integrado ao eSUS PEC</b>

<b>Descrição</b>	Compreende Implantação de ambiente tecnológico para uso sistema Sistema de Gestão Hospitalar de Gestão Hospitalar, integrado ao eSUS PEC, com capacitação dos profissionais
------------------	---

## 2.6. RELAÇÃO DOS LOCAIS COM AS RESPECTIVAS QUANTIDADES DE EQUIPAMENTOS

EQUIPAMENTOS POR ESTABELECIMENTO	APS/MAC	ESTAÇÃO DE TRABALHO CONECTADA	TABLET	IMPRESSORA
UBS LAMA	APS	7	7	3
UBS LOTES	APS	7	7	3
UBS OLHO D'ÁGUA	APS	7	7	3
UBS COHAB	APS	7	5	3
UBS AGROVILA CONCEICAO	APS	7	5	3
UBS DR. JARBAS BARBOSA	APS	7	4	3
UBS PAQUEVIRA	APS	7	4	3
UBS ARMANDO MONTEIRO	APS	8	4	4
UBS PEDRA DE AMOLAR	APS	0	6	0
UBS ELDORADO	APS	0	3	0
SECRETARIA DE SAUDE	GERAL	4	0	2
<b>TOTAIS</b>		<b>61</b>	<b>52</b>	<b>27</b>

2.7. O objeto da pretensa contratação, deverá ser fornecido/entregue, nas condições e quantidades requisitadas, por agente legalmente apto a representar o(a) demandante, ou por preposto nomeado por ato legal de autoridade competente.

## 3. DA FUNDAMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade premente de modernização da infraestrutura tecnológica da Secretaria Municipal de Saúde. A transição dos processos manuais e fragmentados para um ecossistema digital integrado (e-SUS APS e Sistema de Gestão Hospitalar - SGH) é essencial para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população. A ausência de uma solução informatizada robusta compromete a segurança do paciente, dificulta o acesso ao histórico clínico e gera ineficiências na gestão de recursos e insumos.

3.2. A adoção da estratégia e-SUS é uma diretriz obrigatória do Ministério da Saúde para a organização da Atenção Primária. Além disso, a contratação é estratégica para o cumprimento das metas do programa APS do Futuro. A correta alimentação dos dados e a sincronização com o SISAB são condições indispensáveis para o repasse integral de recursos federais ao Município. Portanto, a solução tecnológica atua diretamente na preservação da saúde financeira do ente municipal e no incremento da arrecadação baseada em desempenho.

3.3. A opção por uma solução que englobe software, fornecimento de hardware em modelo as-a-service e hospedagem em nuvem justifica-se pela busca da interoperabilidade plena. A fragmentação da compra (aquisição de computadores separada do licenciamento de software) historicamente resulta em falhas de compatibilidade e dificuldades na manutenção, gerando o chamado "risco de interface". Ao contratar uma solução ponta-a-ponta, a Administração garante que o fornecedor seja o único responsável pelo funcionamento do ecossistema, desde o terminal do médico até o servidor de banco de dados.

3.4. A implementação do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) e do sistema hospitalar integrado permite:

3.4.1. Melhor controle de filas, estoques de medicamentos e produtividade das equipes.

3.4.2. Geração de indicadores em tempo real para a tomada de decisões estratégicas por parte dos gestores de saúde.

3.4.3. Adequação aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo o sigilo e a integridade dos prontuários.

3.5. Considerando o ciclo de vida do objeto, o investimento em tecnologia apresenta uma elevada relação custo-benefício. A redução de gastos com papel, a eliminação de exames duplicados e a otimização do tempo de atendimento superam os custos de implantação. Assim, a contratação revela-se a medida mais vantajosa e eficaz para converter a gestão da saúde de Rio Formoso-PE em um modelo de referência, focado na coordenação do cuidado e na eficiência administrativa.

#### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução consiste na implantação, configuração e manutenção de um ecossistema tecnológico integrado voltado à modernização e informatização plena da Rede de Saúde do Município de Rio Formoso-PE.

4.2. O objeto abrange a convergência de infraestrutura tecnológica (Hardware), sistemas de informação (Software) e serviços especializados, estruturados para suportar tanto a Atenção Primária à Saúde (através do e-SUS APS/PEC) quanto as Unidades Hospitalares (através do Sistema de Gestão Hospitalar - SGH).

4.3. Componentes de Software e Integração A base lógica da solução fundamenta-se na disponibilização de plataformas integradas que permitam:

4.3.1. Gestão da Atenção Básica: Utilização do e-SUS PEC (Prontuário Eletrônico do Cidadão) como plataforma central para o acompanhamento clínico e administrativo nas Unidades Básicas de Saúde (UBS);

4.3.2. Gestão Hospitalar (SGH): Implementação de sistema para controle de fluxos hospitalares, urgência e emergência, integrado aos demais pontos da rede;

4.3.3. Interoperabilidade e Automação: Integração com sistemas satélites de regulação, monitoramento, gestão farmacêutica e avaliação de indicadores, garantindo a sincronização de dados em tempo real e o atendimento aos requisitos de faturamento e monitoramento do Ministério da Saúde.

4.4. Para a viabilização dos sistemas, a solução compreende o fornecimento e a manutenção dos seguintes recursos físicos e lógicos:

4.4.1. Computadores configurados e prontos para uso nas unidades de saúde, garantindo a interface dos profissionais com os sistemas;

4.4.2. Disponibilização de impressoras laser monocromáticas para suporte aos fluxos assistenciais (receituários, requisições e prontuários);

4.4.3. Implantação de Painéis de Chamada de Senhas para organização da demanda espontânea e agendada nas recepções;

4.4.4. Armazenamento de dados em servidores remotos de alta disponibilidade, garantindo a segurança das informações de saúde, backups automatizados e acesso remoto seguro, dispensando a necessidade de servidores físicos locais de grande porte.

4.5. A solução não se limita à entrega de bens, incluindo obrigatoriamente:

4.5.1. Infraestrutura de Rede: Conectividade necessária para que os estabelecimentos de saúde operem de forma integrada;

4.5.2. Manutenção Preventiva e Corretiva: Suporte técnico contínuo para todos os itens de hardware e software inclusos na solução, assegurando a continuidade dos serviços públicos de saúde;

4.5.3. Treinamento e Capacitação: Programas de treinamento para as equipes técnicas e assistenciais, visando a correta utilização das ferramentas e o fortalecimento da cultura de dados na gestão municipal.



4.6. A solução como um todo objetiva a eliminação do prontuário físico (papel), a otimização dos recursos financeiros através do acompanhamento de indicadores do Programa APS do Futuro (financiamento baseado em desempenho) e a melhoria da qualidade do cuidado prestado ao cidadão, permitindo que a Secretaria Municipal de Saúde disponha de transparência e inteligência na tomada de decisão.

4.7. A tabela abaixo, apresenta o levantamento da demanda:

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	QTD MENSAL
1	<b>Unidades de Saúde Conectada</b> – Compreende conectividade (link à internet) e rede lógica local (física ou wi-fi), compreendendo:	SERVIÇO	10
2	<b>Unidades de Saúde Conectada</b> – Compreende conectividade (link à internet) e rede lógica local (física ou wi-fi), compreendendo:	SERVIÇO	1
3	<b>Estação de Trabalho Conectada</b> – Compreende equipamentos notebook em comodato, incluindo mouse, conectados ao servidor e à internet, com licença de uso e/ou acesso aos sistemas das Unidades de Saúde.	SERVIÇO	70
4	<b>Painel de Chamada</b> – Compreende software e hardware (TV e equipamentos) para chamada eletrônica do público nas Unidades de Saúde	UNIDADE	10
5	<b>Comodato de impressoras</b> – Serviço de Impressão multifuncional monocromática.	UNIDADE	30
6	<b>Suporte ao Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC-MS)</b> – Compreende suporte técnico às equipes de saúde para uso do Prontuário Eletrônico na APS e na MAC	SERVIÇO	10
7	<b>Sistema de Monitoramento e análise de banco de dados PEC-MS</b> – Compreende o fornecimento de licença de uso de 8 sistemas para monitoramento, (Business Intelligence) e análise de dados do Prontuário Eletrônico do Cidadão Ministério da Saúde (PEC-MS e-SUS APS e MAC)	SERVIÇO	10
8	<b>Implantação de Infraestrutura Tecnológica nos Estabelecimentos de Saúde</b>	SERVIÇO (ÚNICO)	10
9	<b>Capacitação de equipes de saúde da Atenção Primária à Saúde (APS) E MAC</b> – Compreende o processo de capacitação dos profissionais das equipes de saúde da APS/MAC para uso das soluções.	SERVIÇO (ÚNICO)	10
10	<b>Tablets</b> com aplicativo para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE) – Compreende tablet em comodato, com conexão wi-fi, com aplicativo eSUS AB Território para registro georreferenciado das ações realizadas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).	UNIDADE	52
11	<b>Implantação e Suporte Continuado da CENTRAL DE REGULACAO MUNICIPAL</b> , integrado ao eSUS PEC	SERVIÇO	1
12	Sistema Automatizado de Marcação/Agendamento de Consultas na APS via Aplicativo de Mensagens com alerta e avisos.	SERVIÇO	10
13	Sistema de Extração Automatizada de BPA-i, BPA-c e RASS, das produções da Média Complexidade.	SERVIÇO	1
14	Sistema de Integração eSUS PEC / SISREG / ESUS REGULACAO, para agendamento automatizado dos encaminhamentos APS/MAC	SERVIÇO	1
15	Sistema de Mineração de Dados das <b>PRODUCOES MAC</b> , através de dados obtidos pelo <b>TABWIN/ DATASUS</b>	SERVIÇO	1
16	Sistema de Dispensação Farmacêutica integrado ao eSUS PEC	SERVIÇO	1
17	Sistema de Gestão Hospitalar integrado ao eSUS PEC	SERVIÇO	1
18	Implantação da infraestrutura para uso do sistema Gestão Hospitalar integrado ao eSUS PEC	SERVIÇO (ÚNICO)	1

4.8. O objeto desta contratação não se enquadra nas vedações, previstas no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

4.9. O objeto deverá ser fornecido nos prazos e condições estabelecidos, bem como, em conformidade com os aspectos qualitativos, estabelecidos no edital e anexos.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 5.1. São Requisitos Gerais:

5.1.1. A solução deve contemplar a implantação, configuração e manutenção de um sistema integrado de gestão em saúde, baseado no e-SUS PEC para a Atenção Primária e em um Sistema de Gestão Hospitalar (SGH) para as unidades de urgência, emergência e internação;

5.1.2. A contratada deve assegurar a integração total com sistemas periféricos de automação, avaliação e controle de indicadores.

5.1.3. O prazo inicial de execução é de 12 meses, passível de renovação conforme a legislação vigente.

### 5.2. Requisitos Técnicos de Software e Interoperabilidade:

5.2.1. O software principal deve suportar integralmente o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC-MS), permitindo o registro individualizado de atendimentos via CPF ou CNS;

5.2.2. Implementação de sistema para controle de fluxos hospitalares, gestão de internações e regulação municipal.

5.2.3. A solução deve garantir o fluxo contínuo de dados com a Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), SISAB, SISREG e outros sistemas nacionais do Ministério da Saúde.

5.2.4. Fornecimento de ferramentas para extração automática do Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), mineração de dados estatísticos e análise de produção MAC.

5.2.5. Disponibilização de aplicativos para coleta de dados em campo pelos Agentes Comunitários de Saúde (e-SUS Território) e Agentes de Combate às Endemias.

### 5.3. Requisitos de Infraestrutura, Hardware e Conectividade:

5.3.1. A contratada deve fornecer a infraestrutura tecnológica necessária, incluindo estações de trabalho conectadas, impressoras laser e painéis de chamada de senhas;

5.3.2. Armazenamento de dados em servidor remoto seguro, com rotinas de backup automatizadas, garantindo alta disponibilidade e segurança das informações clínicas;

5.3.3. Fornecimento de smartphones para os ACS e implementação de infraestrutura de rede/conectividade mínima nos estabelecimentos de saúde atendidos.

### 5.4. Requisitos de Implementação, Treinamento e Suporte:

5.4.1. Realização de programas de treinamento para profissionais de saúde e equipes técnicas, visando a correta operação dos sistemas e a qualificação da entrada de dados.

5.4.2. Prestação de suporte contínuo para resolução de problemas operacionais de hardware e software, conforme níveis de serviço (SLAs) definidos;

5.4.3. O sistema deve fornecer painéis de indicadores em tempo real alinhados às metas do programa APS do Futuro (antigo Previne Brasil) para fins de financiamento federal.

### 5.5. Requisitos de Segurança e Conformidade Normativa:

5.5.1. A solução deve estar em total conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as normas do DATASUS/MS para o tráfego de informações de saúde.

5.5.2. É obrigatória a manutenção da integridade dos registros clínicos, evitando duplicidade de fichas e garantindo a coordenação do cuidado em toda a rede municipal.

### 5.6. Da Subcontratação

5.6.1. Não será admitida a subcontratação de nenhuma parcela do objeto desta contratação, devendo a licitante vencedora executar diretamente todas as etapas relativas à implantação, configuração, manutenção dos sistemas (e-SUS e SGH) e fornecimento da infraestrutura tecnológica associada.

5.6.2. A vedação à subcontratação fundamenta-se nos seguintes pilares, em consonância com o Art. 122 da Lei nº 14.133/2021:

- a) O objeto envolve o manuseio de dados de saúde altamente sensíveis de cidadãos do Município. A execução direta pela contratada garante o controle rigoroso sobre a cadeia de custódia da informação e a responsabilidade civil e administrativa direta em caso de incidentes de segurança;
- b) Trata-se de solução tecnológica, a fragmentação do objeto por meio de subcontratação poderia comprometer a interoperabilidade entre o e-SUS APS e o Sistema de Gestão Hospitalar (SGH), dificultando a gestão de falhas e a apuração de responsabilidades técnicas;
- c) Os requisitos de qualificação técnica exigidos no certame são essenciais para assegurar que a empresa detém o *know-how* necessário para a modernização da rede de saúde, sendo a execução pessoal da contratada fator determinante para a qualidade e segurança do projeto.

5.6.3. A contratada responderá perante a Administração Municipal pela fiel e integral execução do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes de sua execução, não sendo aceita a transferência de obrigações a terceiros sob qualquer pretexto.

#### 5.7. Garantia da contratação

5.7.1. Como condição para a assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar garantia de execução equivalente a 2% (dois por cento) do valor total atualizado da contratação, em conformidade com o Art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

5.7.2. A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da convocação para a assinatura do instrumento contratual, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

5.7.3. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia, conforme previsto no § 1º do Art. 96 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia (com cobertura mínima conforme regulamentação da SUSEP e da Lei 14.133/2021);
- c) Fiança bancária emitida por instituição financeira devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.

5.7.4. A garantia deverá ter validade durante toda a vigência do contrato e deverá cobrir:

- a) O prejuízo advindo do inadimplemento das obrigações contratuais;
- a) As multas punitivas aplicadas à contratada;
- b) Os danos diretos causados à Administração decorrentes da execução do objeto.

5.7.5. No caso de prorrogação da vigência do contrato, a garantia deverá ser renovada ou atualizada pela contratada na mesma proporção.

5.7.6. A garantia será liberada ou restituída após a execução satisfatória do contrato, verificada mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja pendências de multas ou indenizações devidas à Administração

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 6.2. Após a emissão da nota de empenho fica(m) o(s) servidor(es) responsável(is) pelo gerenciamento do saldo até o esgotamento do mesmo.
- 6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. A execução do contrato realizar-se-á sob o regime de execução indireta, mediante prestação de serviços contínuos com fornecimento de equipamentos (modelo as-a-service), visando a entrega de resultados mensuráveis de acordo com os indicadores de desempenho definidos.
- 6.6. A execução será dividida em etapas cronológicas para assegurar a continuidade dos serviços assistenciais:
- 6.6.1. Etapa de Mobilização e Planejamento (Até 15 dias): Realização de levantamento in loco em todas as unidades de saúde, validação da infraestrutura de rede existente e definição do plano de migração de dados (se aplicável).
  - 6.6.2. Etapa de Configuração e Nuvem (Cloud): Ativação do ambiente de hospedagem em nuvem e configuração das instâncias do e-SUS PEC e do Sistema de Gestão Hospitalar (SGH).
  - 6.6.3. Etapa de Entrega e Instalação de Hardware: Entrega técnica, instalação e configuração das Estações de Trabalho, Impressoras e Painéis de Senhas nos locais definidos no Termo de Referência.
  - 6.6.4. Etapa de Capacitação e Treinamento: Realização de workshops e treinamentos práticos para as equipes multidisciplinares (médicos, enfermeiros, técnicos, recepcionistas e gestores).
  - 6.6.5. Etapa de Operação Assistida (Go-Live): Acompanhamento presencial ou remoto intensivo nos primeiros dias de uso efetivo do sistema em ambiente real para correção de fluxos.
- 6.7. Metodologia de Prestação dos Serviços.
- 6.7.1. A contratada deve garantir a disponibilidade dos sistemas (SLA de disponibilidade) de no mínimo 99,5%, com monitorização 24/7.
  - 6.7.2. As manutenções preventivas devem ocorrer semestralmente. As manutenções corretivas (substituição de peças ou equipamentos) devem respeitar os prazos de reparação (SLA de suporte) estabelecidos para não interromper o atendimento público.
  - 6.7.3. A execução inclui a atualização obrigatória das versões do e-SUS conforme as notas técnicas publicadas pelo Ministério da Saúde/DATASUS.
- 6.8. Mecanismos de Comunicação e Gestão
- 6.8.1. A comunicação entre a Administração e a Contratada será formalizada através de sistema de chamados (Service Desk) e via correio eletrônico institucional.
  - 6.8.2. Deverão ser realizadas reuniões mensais de acompanhamento para avaliação dos indicadores de desempenho e ajuste de cronogramas.
- 6.9. Em estrita observância ao Art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o recebimento do objeto dar-se-á:
- 6.9.1. Recebimento Provisório: Pelo fiscal técnico, após a entrega de cada etapa ou relatório mensal de serviços, para verificação de conformidade.
  - 6.9.2. Recebimento Definitivo: Pelo gestor do contrato, após a validação da conformidade técnica e operacional, no prazo máximo de [10] dias após o recebimento provisório.

## 7. DO MODELO E GESTÃO DO CONTRATO

### 7.1. Da Fiscalização



- 7.1.1. A gestão e a fiscalização da contratação serão realizadas por representantes da Administração especialmente designados, conforme as funções estabelecidas no Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2. Da Fiscalização Técnica
- 7.2.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 7.2.2. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- 7.2.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- 7.2.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
- 7.2.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).
- 7.2.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).
- 7.3. Da Fiscalização Administrativa
- 7.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).
- 7.4. Do Gestor do Contrato
- 7.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 7.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 7.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 7.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo

- contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 7.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 7.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 7.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 7.5. A fiscalização será proativa e baseada em dados, utilizando-se dos seguintes instrumentos:
- 7.5.1. Acompanhamento de SLAs (Service Level Agreements): Verificação mensal dos indicadores de disponibilidade do sistema, tempo de resposta aos chamados e metas de produtividade.
- 7.5.2. Relatório Mensal de Execução: Documento apresentado pela contratada contendo o inventário atualizado dos equipamentos, lista de chamados técnicos encerrados e atualizações de software realizadas.
- 7.5.3. Vistorias In Loco: Visitas periódicas às Unidades Básicas de Saúde e Unidades Hospitalares para conferência física dos equipamentos e coleta de feedback dos profissionais de saúde.
- 7.6. Qualquer alteração na configuração dos sistemas ou substituição de hardware deve ser precedida de comunicação formal ao Fiscal Técnico.
- 7.7. A contratada deverá manter um Log de Eventos e atualizações, garantindo que o Município esteja sempre utilizando a versão mais recente e segura das plataformas de saúde.
- 7.8. Em caso de inadimplemento total ou parcial, o Gestor do Contrato deverá instaurar o processo sancionador previsto na Lei nº 14.133/2021, garantindo o contraditório e a ampla defesa, podendo aplicar:
- a) Advertência;
  - b) Multa (conforme percentuais definidos no tópico de Penalidades);
  - c) Impedimento de licitar e contratar.

## 8. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- 8.1.1. **Execução Integral:** Prestar os serviços de implantação, configuração e manutenção da solução (e-SUS e SGH) em estrita observância ao Termo de Referência e à sua proposta técnica.
- 8.1.2. **Manutenção de Hardware:** Substituir ou reparar, sem custos adicionais, equipamentos (computadores, impressoras e painéis) que apresentarem defeitos, dentro dos prazos de SLA estabelecidos.
- 8.1.3. **Atualização Tecnológica:** Garantir a atualização das versões do software e-SUS conforme as diretrizes do Ministério da Saúde/DATASUS, assegurando a compatibilidade com os sistemas nacionais.
- 8.1.4. **Treinamento:** Ministrare treinamentos teóricos e práticos às equipes de saúde, fornecendo manuais e materiais didáticos atualizados.

8.1.5. **Sigilo e LGPD:** Zelar pelo sigilo absoluto das informações de saúde dos cidadãos, adotando medidas técnicas de segurança para proteção de dados pessoais e sensíveis, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

8.1.6. **Continuidade do Serviço:** Manter a infraestrutura em nuvem ativa e segura, garantindo a disponibilidade necessária para o funcionamento 24/7 das unidades de urgência e emergência.

8.1.7. **Regularidade:** Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.8. Comunicar a CONTRATANTE, de imediato, os motivos que impossibilitem o cumprimento da requisição/ordem de abastecimento, com a devida comprovação.

8.1.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos/serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, registradas pelo(a) fiscal do contrato.

8.1.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado a CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.1.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.1.12. Paralisar, por determinação do(a) CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

8.1.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

8.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas estabelecidas pelo CONTRATANTE.

8.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **8.2. Das Responsabilidades da CONTRATANTE**

8.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo credenciado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.2.2. Designar formalmente o gestor e os fiscais do contrato para acompanhar e atestar a execução dos serviços.

8.2.3. Proporcionar o acesso dos técnicos da Contratada às dependências das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Hospitais, bem como aos equipamentos neles instalados.

8.2.4. Garantir as condições ambientais mínimas (instalações elétricas adequadas e segurança física) para a instalação dos equipamentos fornecidos pela contratada.

8.2.5. Fornecer os dados necessários para a configuração inicial dos sistemas e auxiliar na definição dos perfis de acesso dos usuários.

8.2.6. Efetuar o pagamento à Contratada nos prazos acordados, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal técnico.

8.2.7. Comunicar à Contratada, por escrito e tempestivamente, qualquer irregularidade, falha ou descumprimento de SLA verificado na prestação dos serviços.

- 8.2.8. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na legislação e no Contrato;
- 8.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.2.10. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 9.1. A medição dos serviços será mensal, baseada no modelo de "entrega de resultados" e disponibilidade da solução tecnológica, observando-se os seguintes parâmetros:
- 9.2. A medição será realizada por unidade de serviço/item mensal, conforme a relação de estabelecimentos de saúde efetivamente informatizados e operacionais;
- 9.3. O período de medição compreenderá o primeiro e o último dia de cada mês civil;
- 9.4. A contratada deverá apresentar, até o 5º dia útil do mês subsequente, um relatório detalhando:
- 9.4.1. Índices de disponibilidade dos sistemas em nuvem (e-SUS e SGH);
  - 9.4.2. Relatório de chamados técnicos e manutenções de hardware realizadas;
  - 9.4.3. Comprovação da sincronização de dados com as bases do Ministério da Saúde (SISAB/RNDS);
  - 9.4.4. Inventário atualizado dos ativos de hardware sob sua responsabilidade.
- 9.5. A medição não será apenas quantitativa, mas qualitativa. Caso os níveis mínimos de serviço (SLAs) de disponibilidade ou tempo de resposta não sejam atingidos, aplicar-se-ão glosas proporcionais ao pagamento mensal, conforme a tabela de indicadores deste Termo de Referência.
- 9.6. O fiscal do contrato, poderá rejeitar a parcela de execução do objeto, no todo ou em partes, nas seguintes hipóteses:
- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
  - b) na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;
  - c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 9.7. O pagamento será efetuado em conformidade com os artigos 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021, seguindo o rito abaixo:
- 9.7.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias (Art. 92, § 2º, inciso V), contados a partir do Recebimento Definitivo da nota fiscal, acompanhada do relatório de execução devidamente atestado pela fiscalização.
  - 9.7.2. A Administração observará a ordem cronológica de pagamentos para cada fonte de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
  - 9.7.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada acompanhada das provas de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, sob pena de retenção do pagamento até a regularização, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-



Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.7.4. Em caso de divergência sobre parte da fatura, a Administração deverá realizar o pagamento da parcela incontroversa no prazo regulamentar, para evitar o enriquecimento sem causa do ente público, conforme entendimento do TCU (Acórdão 1.508/2020 - Plenário) e Art. 143 da Lei 14.133/2021.

#### 9.8. Das Retenções e Glosas

9.8.1. **Glosas por Desempenho:** Se a solução (software ou hardware) permanecer indisponível além do limite tolerado no SLA, o valor mensal será glosado proporcionalmente ao período de interrupção, independentemente da aplicação de sanções administrativas.

9.8.2. **Indisponibilidade Crítica:** A falha na sincronização de dados que resulte em perda de recursos do programa APS do Futuro para o Município será considerada falha grave, sujeitando a contratada à reparação dos danos financeiros causados.

9.9. Caso ocorra atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado monetariamente pelo índice IPCA, desde a data prevista para o pagamento até a data do efetivo desembolso, em conformidade com o Art. 92, inciso V da Lei nº 14.133/2021.

### 10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### 10.1. Modalidade e Critério de Julgamento

10.1.1. **Modalidade:** Pregão, na forma eletrônica, em conformidade com o Art. 28, inciso I, e Art. 29 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de bens e serviços comuns de tecnologia da informação.

10.1.2. **Critério de Julgamento:** Menor Preço, sob o regime de execução por Preço Unitário (Lote Único).

10.1.3. A opção pelo Lote Único justifica-se pela necessidade de garantir a interoperabilidade absoluta entre os sistemas de software, a infraestrutura de nuvem e os ativos de hardware. A fragmentação do objeto entre diferentes fornecedores geraria riscos técnicos de incompatibilidade, dificultando a apuração de responsabilidade em caso de falhas na sincronização de dados com o Ministério da Saúde (RNDS/SISAB).

#### 10.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

10.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

##### 10.2.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

10.2.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 10.2.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Federal, Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### 10.2.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.2.5.1. Para comprovar sua aptidão econômica para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, o licitante deverá comprovar de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos a seguir, devidamente justificados no presente processo licitatório, restringindo à apresentação da seguinte documentação:

10.2.5.2. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

10.2.5.3. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datada de, no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da licitação. - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

10.2.5.4. Para as empresas sediadas no Estado de Pernambuco deverá ser apresentada a Certidão Licitação 1º e 2º Grau emitidas na forma da Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006, obtidas no portal do tpe.

10.2.5.5. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.2.6. A exigência dos índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1,00 (um) fundamenta-se na necessidade de garantir que a contratada possua situação financeira equilibrada.

a) O índice 1,00 representa o ponto de equilíbrio onde os ativos se equivalem aos passivos.

b) Valores inferiores a este patamar sinalizam um patrimônio líquido comprometido ou insuficiência de recursos para honrar compromissos de curto e longo prazo, o que elevaria o risco de inadimplência contratual, atrasos em pagamentos de encargos trabalhistas e eventual abandono do objeto, em prejuízo ao interesse público e à continuidade dos serviços essenciais desta Administração.

10.2.7. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.2.8. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.2.9. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

10.2.10. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.2.11. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### 10.2.12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.2.5.6. Capacidade Técnico-Operacional: Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou, de forma satisfatória, objeto compatível com a presente contratação, envolvendo:

- a) Implantação e manutenção de sistemas de gestão em saúde (e-SUS APS e/ou Gestão Hospitalar);
- b) Fornecimento e manutenção de infraestrutura de hardware (computadores e periféricos);
- c) Serviços de hospedagem em nuvem (Cloud Computing)

10.2.5.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.2.5.8. Declaração de que o sistema ofertado atende integralmente aos requisitos de integração do Ministério da Saúde e que permite a extração de dados para faturamento e indicadores do programa APS do Futuro.

10.2.5.9. Conforme Art. 63, § 2º da Lei 14.133/2021, os licitantes poderão realizar vistoria técnica nas unidades de saúde de Rio Formoso-PE para avaliar as condições de instalação. Caso optem por não realizar, deverão apresentar declaração formal de que possuem pleno conhecimento das condições locais e da natureza do objeto.

#### 10.2.13. Critérios de Desempate

- a) Empresa que apresente desenvolvimento de tecnologia nacional;
- b) Empresa que comprove práticas de mitigação de danos ambientais (Sustentabilidade);
- c) Empresa que comprove políticas de equidade e inclusão no ambiente de trabalho.

#### 10.3. Prova de Conceito (PoC) ou Demonstração Técnica

10.3.1. A Administração reserva-se o direito de exigir do licitante classificado em primeiro lugar a realização de uma Demonstração Técnica ou Prova de Conceito (PoC) dos sistemas (e-SUS e SGH).

10.3.2. Objetivo: Validar se a interface e as funcionalidades de integração com a base do DATASUS atendem aos requisitos mínimos descritos no Termo de Referência.

10.3.3. Convocação: Após a fase de lances e negociação, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para realizar a PoC em até 05 (cinco) dias úteis.

10.3.4. Local: A demonstração poderá ser realizada de forma presencial nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde ou de forma remota (via videoconferência), desde que permita a interação em tempo real e a visualização clara das funcionalidades.

10.3.5. Ambiente: A empresa deverá disponibilizar um ambiente de teste (sandbox) com dados fictícios que simulem a operação real de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e de uma Unidade Hospitalar.

10.4. Requisitos de Software a Comprovar (e-SUS e SGH) A licitante deverá demonstrar, obrigatoriamente, as seguintes funcionalidades mínimas:

##### 10.4.1. Abertura de prontuário eletrônico individualizado por CPF/CNS.

- a) Registro de atendimento clínico, odontológico e de enfermagem (SOAP).
- b) Geração de relatórios de indicadores do Programa APS do Futuro (ex: acompanhamento de gestantes, hipertensos e diabéticos).
- c) Capacidade de exportação de arquivos para o SISAB sem erros de validação.

##### 10.4.2. Módulo de Gestão Hospitalar (SGH):

- a) Fluxo de acolhimento com classificação de risco (Protocolo de Manchester ou similar).
- b) Gestão de mapas de leitos e controle de internação.



- c) Emissão de guias de AIH (Autorização de Internação Hospitalar) e BPA (Boletim de Produção Ambulatorial).

#### 10.4.3. Interoperabilidade:

- a) Integração nativa entre os dados da Atenção Primária e o ambiente hospitalar (coordenação do cuidado).
- b) Demonstração de integração/comunicação com a Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS).

#### 10.4.4. Requisitos de Infraestrutura e Integração de Hardware

- a) Acesso em Nuvem: Demonstração de acesso seguro via navegador ou aplicação dedicada, comprovando a hospedagem em ambiente Cloud com tempos de resposta (latência) adequados.

#### 10.4.5. Interface de Hardware:

- a) Simulação do funcionamento do Pannel de Chamada de Senhas integrado ao fluxo de recepção do software.
- b) Configuração de impressão remota de receituários e requisições de exames.
- c) Segurança (LGPD): Demonstração dos níveis de permissão de acesso (perfis de usuários) e trilhas de auditoria (quem acessou o quê e quando).

#### 10.5. Critérios de Avaliação e Resultado

- a) A PoC será acompanhada por uma Comissão Técnica composta pelo Fiscal Técnico e representantes da Secretaria de Saúde.
- b) A avaliação será do tipo "Apto" ou "Inepto".
- c) A falha na demonstração de itens considerados críticos (especialmente integração com Ministério da Saúde e faturamento) resultará na desclassificação da licitante e convocação da próxima classificada.
- d) Ao final, será lavrada ata detalhando todos os pontos testados, as eventuais falhas observadas e o parecer final da comissão.

#### 10.6. Considerando o fornecimento de hardware (computadores e impressoras), a seleção observará critérios de sustentabilidade ambiental, como:

- a) Equipamentos com certificação de baixo consumo de energia;
- b) Comprovação de logística reversa para o descarte de componentes eletrônicos e toners ao final do ciclo de vida ou do contrato.

1.

### 11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1.1. A estimativa do valor da contratação foi obtida mediante a utilização de parâmetros combinados, priorizando-se fontes de dados públicos para garantir a economicidade e evitar sobrepreços, conforme a seguinte ordem de prioridade (Art. 23, § 1º da Lei 14.133/2021):

11.1.2. Pannel de Preços e PNCP: Consulta a contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública (Federal, Estadual ou Municipal), com adjudicação nos últimos 12 (doze) meses.

11.1.3. Contratações Correlatas (TCE/PE): Análise de contratos vigentes em municípios de porte semelhante no Estado de Pernambuco, observando-se a realidade regional e os custos logísticos.

11.1.4. Pesquisa Direta com Fornecedores: Solicitação de orçamentos a empresas do ramo, utilizada de forma subsidiária, servindo como balizador para itens específicos de tecnologia (Cloud e SGH).

11.1.5. Sistema Banco de Preços, disponível em < <https://www.bancodeprecos.com.br/>>

11.2. Para a definição do preço estimado, a Administração adotará o método da Média ou Mediana dos valores obtidos, após o devido "Saneamento de Preços":

11.2.1. Serão desconsiderados os preços excessivamente baixos (inexequíveis) ou injustificadamente elevados (acima da média de mercado), conforme recomendação do TCE/PE, para não distorcer a estimativa real.

11.2.2. A pesquisa será considerada válida quando apresentar homogeneidade, evitando-se a aceitação de orçamentos com dispersão superior a 25% entre si sem a devida justificativa técnica.

11.2.3. O levantamento de mercado realizado no ETP demonstrou que a solução integrada (Lote Único) é a que melhor atende ao interesse público por:

- a) **Viabilidade Tecnológica:** Existência de diversas empresas capazes de fornecer o e-SUS integrado ao SGH em modelo de nuvem.
- b) **Economia de Escala:** O agrupamento de hardware e software reduz o custo fixo de mobilização e suporte técnico local em Rio Formoso-PE.

11.3. Planilha Estimativa de Custos

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	QTD MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	<b>Unidades de Saúde Conectada</b> – Compreende conectividade (link à internet) e rede lógica local (física ou wi-fi), compreendendo:	SERVIÇO	10	R\$ 89,90	<b>R\$ 899,00</b>	<b>R\$ 10.788,00</b>
2	<b>Unidades de Saúde Conectada</b> – Compreende conectividade (link à internet) e rede lógica local (física ou wi-fi), compreendendo:	SERVIÇO	1	R\$ 300,52	<b>R\$ 300,52</b>	<b>R\$ 3.606,24</b>
3	<b>Estação de Trabalho Conectada</b> – Compreende equipamentos notebook em comodato, incluindo mouse, conectados ao servidor e à internet, com licença de uso e/ou acesso aos sistemas das Unidades de Saúde.	SERVIÇO	70	R\$ 233,67	<b>R\$16.356,90</b>	<b>R\$ 196.282,80</b>
4	<b>Painel de Chamada</b> – Compreende software e hardware (TV e equipamentos) para chamada eletrônica do público nas Unidades de Saúde	UNIDADE	10	R\$ 313,17	<b>R\$ 3.131,70</b>	<b>R\$ 37.580,40</b>
5	<b>Comodato de impressoras</b> – Serviço de Impressão multifuncional monocromática.	UNIDADE	30	R\$ 95,00	<b>R\$ 2.850,00</b>	<b>R\$ 34.200,00</b>

6	<b>Suporte ao Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC-MS)</b> – Compreende suporte técnico às equipes de saúde para uso do Prontuário Eletrônico na APS e na MAC	SERVIÇO	10	R\$ 926,67	<b>R\$ 9.266,70</b>	<b>R\$ 111.200,00</b>
7	<b>Sistema de Monitoramento e análise de banco de dados PEC-MS</b> –Compreende o fornecimento de licença de uso de 8 sistemas para monitoramento, (Business Intelligence) e análise de dados do Prontuário Eletrônico do Cidadão Ministério da Saúde (PEC-MS e-SUS APS e MAC)	SERVIÇO	10	R\$ 569,29	<b>R\$ 5.692,90</b>	<b>R\$ 68.314,80</b>
8	<b>Implantação de Infraestrutura Tecnológica nos Estabelecimentos de Saúde</b>	SERVIÇO (ÚNICO)	10	R\$ 108,42	<b>R\$ 1.084,50</b>	<b>R\$ 10.845,00</b>
9	<b>Capacitação de equipes de saúde da Atenção Primária à Saúde (APS) E MAC</b> – Compreende o processo de capacitação dos profissionais das equipes de saúde da APS/MAC para uso das soluções.	SERVIÇO (ÚNICO)	10	R\$ 945,42	<b>R\$ 9.454,20</b>	<b>R\$ 94.542,00</b>
10	<b>Tablets</b> com aplicativo para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE) – Compreende tablet em comodato, com conexão wi-fi, com aplicativo eSUS AB Território para registro georreferenciado das ações realizadas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).	UNIDADE	52	R\$ 119,92	<b>R\$ 6.235,84</b>	<b>R\$ 74.830,08</b>
11	<b>Implantação e Suporte Continuado da CENTRAL DE REGULACAO MUNICIPAL</b> , integrado ao eSUS PEC	SERVIÇO	1	R\$ 2.305,59	<b>R\$ 2.305,59</b>	<b>R\$ 27.667,08</b>
12	Sistema Automatizado de Marcação/Agendamento de Consultas na APS via Aplicativo de Mensagens com alerta e avisos.	SERVIÇO	10	R\$ 570,69	<b>R\$ 570,69</b>	<b>R\$ 6.848,28</b>
13	Sistema de Extração Automatizada de BPA-i,	SERVIÇO	1	R\$ 1.249,14	<b>R\$ 1.249,14</b>	<b>R\$ 14.989,68</b>

	BPA-c e RASS, das produções da Média Complexidade.					
14	Sistema de Integração eSUS PEC / SISREG / ESUS REGULACAO, para agendamento automatizado dos encaminhamentos APS/MAC	SERVIÇO	1	R\$ 989,36	<b>R\$ 989,36</b>	<b>R\$ 11.872,32</b>
15	Sistema de Mineração de Dados das <b>PRODUCOES MAC</b> , através de dados obtidos pelo <b>TABWIN/DATASUS</b>	SERVIÇO	1	R\$ 806,04	<b>R\$ 806,04</b>	<b>R\$ 9.672,48</b>
16	Sistema de Dispensação Farmacêutica integrado ao eSUS PEC	SERVIÇO	1	R\$ 805,70	<b>R\$ 805,70</b>	<b>R\$ 9.668,40</b>
17	Sistema de Gestão Hospitalar integrado ao eSUS PEC	SERVIÇO	1	R\$1.373,75	<b>R\$1.373,75</b>	<b>R\$ 16.485,00</b>
18	Implantação da infraestrutura para uso do sistema Gestão Hospitalar integrado ao eSUS PEC	SERVIÇO (ÚNICO)	1	R\$1.289,89	<b>R\$1.289,89</b>	<b>R\$1.289,89</b>
<b>TOTAL - MENSAL</b>					<b>R\$64.662,42</b>	
<b>TOTAL - ANUAL</b>						<b>R\$ 740.682,85</b>

11.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 740.682,85 (Setecentos e quarenta mil, seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

11.5. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 1 (um) ano, contado a partir da data de apresentação da proposta, conforme definido no Edital)

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;](#)

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.6. Somente após decorridos 12 (doze) meses deste marco temporal é que poderá haver a aplicação do reajuste, em estrita observância ao Art. 135, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

11.7. O índice adotado para o reajuste dos preços será o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE, por ser o índice oficial de inflação do país e melhor refletir a variação de custos de serviços e bens de tecnologia.

11.7.1. Da Fórmula de Cálculo O cálculo do reajustamento obedecerá à seguinte fórmula matemática:

$$R = V \times (I_o - I) / I_o$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;



$I_o$  = Índice inicial (referente à data do orçamento ou da proposta);

$I$  = Índice relativo ao mês do reajustamento.

#### 11.8. Dos Procedimentos para Concessão

11.8.1. O reajuste não é automático por decurso de prazo no sistema de pagamentos; ele deve ser formalmente solicitado pela Contratada ou aplicado de ofício pela Administração após a verificação do direito.

11.8.2. O reajuste de preços (por índice) será formalizado por meio de Apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme o Art. 136, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

11.8.3. Caso o apostilamento ocorra após a data de aniversário do contrato, os efeitos financeiros retroagirão à data em que o direito foi adquirido (data-base).

#### 11.9. Das Exceções e Revisão (Reequilíbrio)

11.9.1. Fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, serão tratados via Reequilíbrio Econômico-Financeiro (Revisão), mediante prova documental do desequilíbrio, independente do prazo de 12 meses (Art. 124, inciso II, alínea "d").

## 12. MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

12.1. Os riscos são classificados cruzando a probabilidade de ocorrência e o impacto nos resultados (financeiro, assistencial ou jurídico).

Evento de Risco	Prob.	Imp.	Ação Preventiva (Mitigação)	Plano de Contingência
Incompatibilidade de Integração: O SGH e o e-SUS não sincronizam dados corretamente.	Média	Muito Alto	Exigência de Prova de Conceito (PoC) antes da contratação definitiva.	Exigência de correção imediata sob pena de glosa contratual e uso de suporte manual.
Falha na Conectividade: Queda do sinal de internet impossibilitando o acesso à Nuvem.	Alta	Alto	Exigência de infraestrutura de rede robusta e, se possível, redundância de link.	Implementação de modo de contingência offline ou registro em formulários para posterior inserção.
Resistência das Equipes (Fator Humano): Profissionais não utilizam o prontuário eletrônico.	Alta	Médio	Programa intensivo de treinamento e monitoramento de indicadores de uso.	Ações de sensibilização da gestão e vinculação do uso às metas de produtividade.
Atraso na Reposição de Hardware: Computador ou impressora quebrada em unidade crítica.	Média	Alto	SLA de manutenção corretiva rigoroso com prazos curtos (ex: 24h a 48h).	Manutenção de um estoque mínimo de reserva (back-up) no município.
Perda de Recursos Federais: Dados não chegam ao SISAB por erro técnico.	Baixa	Muito Alto	Auditoria mensal obrigatória nos logs de envio para o Ministério da Saúde.	Responsabilização civil da contratada pelos danos financeiros causados ao erário.
Incidente de Segurança (LGPD): Vazamento de dados sensíveis de pacientes.	Baixa	Muito Alto	Criptografia de dados, controle de níveis de acesso e auditoria de sistema.	Plano de resposta a incidentes (notificação à ANPD) e aplicação de sanções graves.

12.2. Revisão Periódica: O Mapa de Riscos deve ser revisado semestralmente pelo Gestor e pelo Fiscal do Contrato, adequando-o à realidade da execução técnica.

12.3. Comunicação de Riscos: A Contratada tem o dever de informar à Administração, em até 24 horas, qualquer evento que possa evoluir para um risco crítico.

#### 12.4. Gestão de Riscos Durante a Execução

- a) **Riscos da Contratada:** Inovações tecnológicas necessárias, oscilações de preços de hardware, manutenção da estabilidade do sistema e segurança cibernética.
- b) **Riscos da Administração:** Definição correta dos fluxos de atendimento, infraestrutura elétrica física das unidades e fornecimento de insumos (papel, energia).

### 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas para aquisição dos materiais decorrentes da presente licitação correrão à Conta das dotações orçamentárias a seguir descritas:

SECRETARIA/ÓRGÃO	ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
02.15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1012202102.084 - Gestão Técnica e Administrativa do FMS	33903900 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

### 14. DAS SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

#### 14.1. Disposições Gerais

14.1.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada, ou a execução em desacordo com as especificações técnicas, sujeitará a empresa às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

#### 14.2. Tipos de Sanções

14.2.1. A Administração poderá aplicar as seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente:

- a) **Advertência:** Para faltas leves que não comprometam a prestação do serviço.
- b) **Multa:** Aplicada por atrasos ou descumprimentos de SLAs (conforme detalhado abaixo).
- c) Impedimento de Licitar e Contratar: Por prazo de até 3 (três) anos.
- d) **Declaração de Inidoneidade:** Por prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos.

#### 14.3. Detalhamento das Multas por Riscos Concretizados

14.3.1. As multas serão calculadas sobre o valor mensal do contrato ou sobre o valor do item inadimplido, conforme a gravidade do risco concretizado por culpa da empresa:

Evento de Risco / Infração	Penalidade Específica (Multa)	Base de Cálculo
<b>Atraso na Implantação:</b> Não entrega do sistema/hardware nos prazos do cronograma.	<b>0,5% por dia de atraso</b> , limitado a 10% do valor do lote.	Valor Total do Lote
<b>Indisponibilidade do Sistema (SLA):</b> Sistema e-SUS ou SGH fora do ar acima do limite de 0,5% mensal.	1% por hora de indisponibilidade que exceder o SLA.	Valor da Parcela Mensal
<b>Falha na Sincronização (SISAB):</b> Não envio dos dados ao Ministério da Saúde por erro técnico.	Indenização do Valor Perdido + Multa de 5%.	Valor do Repasse Federal Mensal (APS do Futuro)

Evento de Risco / Infração	Penalidade Específica (Multa)	Base de Cálculo
<b>Atraso na Manutenção de Hardware:</b> Não reparo ou substituição de equipamentos no prazo de SLA.	<b>R\$ 500,00 por dia de atraso</b> por equipamento inoperante.	Valor Fixo por Item/Dia
<b>Incidente de Segurança (LGPD):</b> Vazamento de dados ou acesso não autorizado por falha de segurança.	20% do valor total do contrato + sanções da ANPD.	Valor Global Atualizado
<b>Recusa na Atualização:</b> Não atualização das versões do e-SUS conforme notas técnicas do DATASUS.	<b>2% por ocorrência</b> , sem prejuízo da suspensão do pagamento.	Valor da Parcela Mensal

#### 14.4. Procedimento de Aplicação

14.4.1. **Glosa de Faturamento:** As multas poderão ser descontadas diretamente das faturas mensais de pagamento, após a notificação prévia da contratada.

14.4.2. **Cumulação:** A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda o contrato unilateralmente caso a somatória das multas atinja o limite de **10%** do valor total do contrato.

14.4.3. **Defesa Prévia:** Em qualquer hipótese de aplicação de sanção, será concedido à Contratada o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa prévia, conforme o Art. 158 da Lei 14.133/2021.

#### 14.5. Reabilitação

14.5.1. A empresa sancionada com impedimento ou inidoneidade poderá requerer a reabilitação após decorrido o prazo mínimo e mediante o ressarcimento integral dos prejuízos causados e o pagamento das multas aplicadas.

10.2.5.10.

Rio Formoso (PE), 19 de fevereiro de 2026.

**Emerson Frederico Moura Marrocos**  
Assessor Administrativo

**ANEXO II**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2026 FMS**

**PREGÃO Nº 003/2026 FMS**

**CONTRATO Nº ...../ 2026**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O(A)  
Fundo Municipal de Saúde DE Rio Formoso E A EMPRESA  
Informe o nome da contratada, PARA OS FINS QUE SE  
ESPECIFICAM.**

Aos Clique para informar o dia de expedição do contrato dias do mês de Clique para informar o mês de celebração do contrato do ano de Clique para informar o ano de celebração do contrato, o(a) Fundo Municipal de Saúde de Rio Formoso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº: 11.286.2235/0001-08, com sede à Praça 7 de Fevereiro, s/nº, Centro, CEP: 55.570-000, Rio Formoso/PE, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu representante legal o Sr. Clique para informar a autoridade competente, brasileiro(a), casado(a)/solteiro(a), residente e domiciliado(a) na Clique para informar o endereço da autoridade competente, portador(a) do RG nº. Clique para informar o RG, e do CPF nº Clique para informar o CPF, e do outro lado, a empresa Informe o nome da contratada, com sede à Informe o endereço da contratada inscrita CNPJ/NP sob o nº Informe o CNPJ, doravante aqui denominada apenas CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). Informe o representante da contratada inscrito(a) no CPF/MF sob o nº Informe o CPF, portador(a) do cédula de identificação nº Informe documento de identidade, tendo em vista o que consta do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2026 FMS, na modalidade PREGÃO Nº 003/2026 FMS, Homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dos Decretos municipais pertinentes, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. O presente Termo tem por objeto a contratação de empresa especializada, para seleção de proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para implantação de projeto de modernização da área da saúde, contemplando solução de informática para gestão de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital e proposta apresentada pela vencedora do PREGÃO Nº 003/2026 FMS.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT	UNID.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01					

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta da Contratada;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogados até o prazo máximo de 05 (cinco) anos, nos termos do Art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021.



2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, previstas neste instrumento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL**

3.1 – O valor global do presente contrato é de R\$ Informe o valor da contratação

3.2 – O preço será fixo e irrevogável.

3.3 – No preço já estão inclusos todos os custos e despesas, inclusive transportes, cargas e descargas, taxas, impostos, seguros, licenças e outros relacionados ao fornecimento, bem como garantia, quando for o caso.

#### **3.4 – Critérios de medição**

3.4.1. A medição dos serviços será mensal, baseada no modelo de "entrega de resultados" e disponibilidade da solução tecnológica, observando-se os seguintes parâmetros:

3.4.2. A medição será realizada por unidade de serviço/item mensal, conforme a relação de estabelecimentos de saúde efetivamente informatizados e operacionais;

3.4.3. O período de medição compreenderá o primeiro e o último dia de cada mês civil.;

3.4.4. A contratada deverá apresentar, até o 5º dia útil do mês subsequente, um relatório detalhando:

- a) Índices de disponibilidade dos sistemas em nuvem (e-SUS e SGH);
- b) Relatório de chamados técnicos e manutenções de hardware realizadas;
- c) Comprovação da sincronização de dados com as bases do Ministério da Saúde (SISAB/RNDS);
- d) Inventário atualizado dos ativos de hardware sob sua responsabilidade.

3.4.5. A medição não será apenas quantitativa, mas qualitativa. Caso os níveis mínimos de serviço (SLAs) de disponibilidade ou tempo de resposta não sejam atingidos, aplicar-se-ão glosas proporcionais ao pagamento mensal, conforme a tabela de indicadores deste Termo de Referência.

3.4.6. O fiscal do contrato, poderá rejeitar a parcela de execução do objeto, no todo ou em partes, nas seguintes hipóteses:

- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;
- c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

#### **3.5 – Da forma de pagamento**

3.5.1 O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

3.5.2 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal pertinente e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.

3.5.3 As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto Municipal pertinente, c/c artigo 4º da IN RFB Nº 1234.

#### **3.6. Condições de pagamento**

3.6.1. Os documentos fiscais deverão ser atestados mensalmente pelo fiscal de contrato da unidade gestora após a execução dos fornecimentos.

3.6.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados do adimplemento, pela Secretaria de Finanças, relativo ao fornecimento prestado no mês anterior.

3.6.3. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente.

3.6.3. O pagamento será efetuado em conformidade com os artigos 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021, seguindo o rito abaixo:

3.6.3.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias (Art. 92, § 2º, inciso V), contados a partir do Recebimento Definitivo da nota fiscal, acompanhada do relatório de execução devidamente atestado pela fiscalização.

3.6.3.2. A Administração observará a ordem cronológica de pagamentos para cada fonte de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

3.6.3.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada acompanhada das provas de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, sob pena de retenção do pagamento até a regularização, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

3.6.4. Em caso de divergência sobre parte da fatura, a Administração deverá realizar o pagamento da parcela incontroversa no prazo regulamentar, para evitar o enriquecimento sem causa do ente público, conforme entendimento do TCU (Acórdão 1.508/2020 - Plenário) e Art. 143 da Lei 14.133/2021.

3.6.5. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação devidamente regularizada.

### **3.7. Retenções de glosas**

- a) Glosas por Desempenho: Se a solução (software ou hardware) permanecer indisponível além do limite tolerado no SLA, o valor mensal será glosado proporcionalmente ao período de interrupção, independentemente da aplicação de sanções administrativas.
- b) Indisponibilidade Crítica: A falha na sincronização de dados que resulte em perda de recursos do programa APS do Futuro para o Município será considerada falha grave, sujeitando a contratada à reparação dos danos financeiros causados

## **CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

4.1 – O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1 - As despesas com a aquisição decorrentes do presente contrato correrão à Conta das dotações orçamentárias a seguir descritas:

SECRETARIA/ÓRGÃO	ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
02.15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1012202102.084 – Gestão Técnica e Administrativa da Secretaria	33903900 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

## CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES CONTRATANTES

### 6.1. Das obrigações da CONTRATADA

6.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas.

6.1.2. Executar o objeto do contrato, conforme fixado no Termo de Referência, anexo ao Edital contrato.

6.1.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto ao cumprimento das obrigações contratuais.

6.1.4. Atender, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a convocação para retirada da(s) Nota(s) de Empenho.

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

6.1.7. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.

6.1.8. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.

6.1.9. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução deste contrato.

6.1.10. Responsabilizar-se pelas correções na execução do objeto contratual, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, quando ocorrer qualquer tipo de dano;

### 6.2. Das obrigações da CONTRATANTE

6.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

6.2.2. Fiscalizar a manutenção pela Contratada, das condições de habilitação e qualificações exigidas no edital, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/21.

6.2.3. Pagar no vencimento a fatura apresentada pela Contratada correspondente ao fornecimento do produto.

6.2.4. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 1 (um) ano, contado a partir da data de apresentação da proposta, conforme as condições e limites permitidos por Lei:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Somente após decorridos 12 (doze) meses deste marco temporal é que poderá haver a aplicação do reajuste, em estrita observância ao Art. 135, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. O índice adotado para o reajuste dos preços será o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE, por ser o índice oficial de inflação do país e melhor refletir a variação de custos de serviços e bens de tecnologia.

7.2.2. Da Fórmula de Cálculo O cálculo do reajustamento obedecerá à seguinte fórmula matemática:

$$R = V \times (I_o - I) / I_o$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

I<sub>o</sub> = Índice inicial (referente à data do orçamento ou da proposta);

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

7.3. Dos Procedimentos para Concessão

7.3.1. O reajuste não é automático por decurso de prazo no sistema de pagamentos; ele deve ser formalmente solicitado pela Contratada ou aplicado de ofício pela Administração após a verificação do direito.

7.3.2. O reajuste de preços (por índice) será formalizado por meio de Apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme o Art. 136, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

7.3.3. Caso o apostilamento ocorra após a data de aniversário do contrato, os efeitos financeiros retroagirão à data em que o direito foi adquirido (data-base).

7.4. Das Exceções e Revisão (Reequilíbrio)

7.4.1. Fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, serão tratados via Reequilíbrio Econômico-Financeiro (Revisão), mediante prova documental do desequilíbrio, independente do prazo de 12 meses (Art. 124, inciso II, alínea “d”).

## **CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. O acompanhamento e a fiscalização, serão procedidas conforme constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato

8.1.1. Não será admitida a subcontratação de nenhuma parcela do objeto desta contratação, devendo a licitante vencedora executar diretamente todas as etapas relativas à implantação, configuração, manutenção dos sistemas (e-SUS e SGH) e fornecimento da infraestrutura tecnológica associada.

8.1.2. A vedação à subcontratação fundamenta-se nos seguintes pilares, em consonância com o Art. 122 da Lei nº 14.133/2021:

## **CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Comete infração administrativa, a Contratada que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas à responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave

d) Multa:

(1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou instrumento equivalente;

(2) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida à Contratada que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

(3) compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratada que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

I – propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta;

II – deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;

III – deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

IV – deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;

V – deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do Contratante;

VI – não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;

VII – não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;

VIII – deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;

IX – manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;

X – utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XI – deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;

XII – deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

XIII – deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

XIV – deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de a Contratada enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XV – não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;

XVI – subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

Nota Explicativa: É possível inserir hipóteses de multa e percentuais específicos para o fornecimento indicado, conforme detalhamento e especificidades indicadas no ETP ou TR, inclusive com periodicidade de atraso diferente do indicado no decreto (hora, quinzena etc)

e) O atraso superior a 90 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa

9.4.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente

9.4.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.7. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia

9.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Cadastro de Fornecedores do Município.

9.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Decreto Municipal pertinente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

10.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.2.3. Indenizações e multas.

10.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

10.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

11.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

- I. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.
- II. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.
- III. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.
- IV. Excetua-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

11.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

11.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO**

12.1 – Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Formoso (PE) para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio Formoso (PE), Clique ou toque aqui para inserir uma data..

---

Contratante

---

Contratada

#### **TESTEMUNHAS:**

1ª \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_